CNPJ/MF: 57.038.952/0001-11

Demonstrações Contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo:	Páginas:
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balanço Patrimonial	4
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	8





RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria e associados da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro São Paulo, SP.

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa n.º 16, a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, continua apresentando passivo a descoberto devido à deficiência de capital de giro e sucessivos déficits. Os planos da Administração com relação a este assunto, também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Rua Estela, 515, Bloco F, 19° Andar São Paulo, SP – Vila Mariana CEP: 04011-002

曾 (55xx11) 5085-0280 www.cokinos.com.br) k



dh



Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis...

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo, com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

£ 2 P

H-







expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de marco de 2019.

Cokinos & Associados – Auditores Independentes CRC 2SP 15.753/O-0

Olivier Yon Legrand CRC 1SP273560/0-4

Rua Estela, 515, Bloco F, 19° Andar São Paulo, SP – Vila Mariana CEP: 04011-002 2 (55xx11) 5085-0280 www.cokinos.com.br 17

W -



CNPJ/MF: 57.038.952/0001-11 BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em reais

ATIVO	NE .	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		33,176,122	23,831,366
Caixa e equivalentes de caixa	3	19,074,058	4,858,538
Contas a receber	4	12,905,701	18,162,729
Estoques	5	347,789	327,006
Outros créditos	6	848,575	483,093
Não circulante			
Realizável no longo prazo		3,304,620	4,072,000
Imóvel destinado a venda		3,304,620	4,072,000
Imobilizado Intangível	7	17,503,277	16,665,667
TOTAL DO ATIVO		53,984,019	44,569,033
PASSIVO	NE .	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		45,945,415	47,340,939
Empréstimos e financiamentos	8	7,471,969	7,498,969
Fornecedores	9	13,623,650	11,773,160
Obrigações trabalhistas	10	5,282,436	4,744,458
Contas a pagar	11	1,228,678	1,333,017
Provisões para encargos trab. e impostos	12	8,006,269	6,527,817
Verbas a aplicar	13	10,332,412	15,463,518
Não circulante			
Exigível no Longo Prazo		22,873,760	27,506,073
Empréstimos e financiamentos	8	11,762,791	15,077,685
Provisões para encargos trab. e impostos	12	8,835,316	9,705,191
Contas a pagar	11	1,478,653	1,866,320
Provisões para contingências	14	797,000	856,877
Passivo a descoberto	16	(14,835,156)	(30,277,978)
TOTAL PASSIVO+			
PASSIVO A DESCOBERTO		53,984,019	44,569,033

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Tarquínio Borralho Leite Pereira

Provedor

Alessandra Pereira Esteves Sakamoto Contador CRC1SP 253743/O-7 4

CNPJ/MF: 57.038.952/0001-11 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em reais

	NE	Exercício 31/12/2018	Exercício 31/12/2017
RECEITAS BRUTAS		80,639,733	83,106,786
Receitas de atividades assistenciais		65,526,898	64,377,897
Receitas		65,526,898	64,377,897
S.U.S Sistema Único de Saúde		50,331,622	46,799,833
Convênios Particulares		14,214,788	16,468,032
Pacientes Particulares		980,489	1,110,032
Outras Receitas	17	6,531,538	6,876,294
Subvenção Estadual		6,507,683	6,852,439
Projeto Educasus (Verba Federal)		23,854	23,854
Receitas financeiras, patrimoniais extraordinárias	•	1,680,128	4,709,615
Receitas financeiras		951,568	2,268,046
Receitas diversas		728,560	2,441,569
Contas transitórias	-	6,901,170	7,142,981
INSS Patronal	20	6,657,814	6,900,517
Voluntários	21	243,355	242,464
DESPESAS		84,815,546	88,268,019
Despesas com atividades assistenciais	•	77,914,377	81,125,038
Despesas com pessoal		24,563,173	25,602,952
Despesas administrativas e gerais		6,111,856	5,684,860
Despesas com serviços de terceiros		29,012,202	30,629,840
Despesas com materiais e medicamentos		8,506,068	9,569,118
Impostos e taxas		351,007	470,083
Despesas com provisões		4,820,071	4,301,848
Despesas financeiras		4,368,238	4,713,755
Despesas com depreciação		181,763	152,584
Contas transitórias		6,901,170	7,142,981
INSS Patronal	20	6,657,814	6,900,517
Voluntários	21	243,355	242,464
(DÉFICIT) SUPERÁVIT OPERACIONAL		(4,175,813)	(5,161,233)
Receitas venda imobilizado	7	19,500,000	
DÉFICIT / SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		15,324,187	(5,161,233)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Tarquínio Borralho Leite Pereira Provedor

Alessandra Pereira Esteves Sakamoto Contador CRC1SP 253743/O-7

CNPJ/MF: 57.038.952/0001-11

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em reais

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Social		
No início do exercício	(30,277,978)	(24,560,276)
Doações de bens para o ativo imobilizado	66,051	49,056
Baixas de bens reavaliados	(261,794)	(390,037)
Ajuste do exercício anteriores	314,378	(215,488)
Superávit (Déficit) do exercício	15,324,187	(5,161,233)
No final do exercício	(14,835,156)	(30,277,978)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Tarquínio Borratho Leite Pereira

Provedor

Alessandra Pereira Esteves Sakamoto

Contador CRC1SP 253743/O-7

CNPJ/MF: 57.038.952/0001-11 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Em reais

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit/Superávit líquido	(4,175,813)	(5,161,233)
Ganho sobre Venda de imobilizado	19,500,000	(5,101,255)
Despesas com depreciação	181,763	542,621
Provisões para contingências	101,703	731,877
Provisões para encargos trab. e impostos	608,577	(795,179)
Ajustes exercício anterior	314,378	(215,488)
Doações	66,051	49,056
Variações nos ativos e passivos operacionais aumentos		
(diminuições)		
Aumento / diminuição em créditos a receber	5,257,029	(9,883,024)
Aumento / diminuição em outros créditos	(365,482)	53,403
Aumento / diminuição em estoques	(20,783)	284,489
Aumento / diminuição nas obrigações comerciais	1,850,491	2,850,098
Aumento / diminuição em salários e férias a pagar	537,978	16,002
Aumento / diminuição em outras obrigações	(104,338)	2,819,290
Aumento / diminuição em exigivel de longo prazo	(5,578,649)	10,019,531
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	18,071,201	1,311,443
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	(1,124,456)	(745,007)
Investimento em imoveis	767,380	(4,072,000)
Doações de bens para o ativo imobilizado		
Baixa de ativo imobilizado	(183,712)	3,838,892
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(540,787)	(978,115)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Financiamento de curto e longo prazo (novo)		
Financiamento de curto e longo prazo (pagamento)	(3,314,894)	(124,350)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(3,314,894)	(124,350)
Variação do caixa e equivalente de caixa	14,215,519	208,979
		200,010
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4,858,538	4,649,559
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	19,074,058	4,858,538
Variação do caixa e equivalente de caixa	14,215,519	208,979

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Tarquinio Borralho Leite Pereira

Alessandra Pereira Esteves Sakamoto Contador CRC1SP 253743/O-7

Ef.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, fundada em 15 de Dezembro de 1895, é uma associação beneficente que se propõe ao exercício da caridade. A entidade tem por objeto a prestação de serviços hospitalares para tratamento de doentes de todos os níveis econômicos e sociais, sem distinção de nacionalidade, raça, cor, credo religioso ou político, obrigando-se, como instituição beneficente e filantrópica, a manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito de pessoas carentes.

A Entidade foi declarada de utilidade pública estadual e municipal conforme Decreto nº 1.351, de 14 de dezembro de 1951, e Decreto nº 10.792, de 18 de dezembro de 1973, respectivamente.

Como entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, a Entidade é imune a contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal. Atendendo os requisitos constantes da Lei nº 12.101/2009, do Decreto nº 8242/2014, suas alterações e demais legislações pertinentes, foi deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de Serviços ao SUS no percentual de 60% com Validade para o triênio 01/06/2018 à 31/05/2021.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são elaboradas e apresentadas em observância à Resolução CFC 1.409/2012 que aprovou ITG - 2002, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. A emissão das presentes Demonstrações Contábeis foi concluída e aprovada pela diretoria em 29 de março de 2019.

Base de preparação e a apresentação — A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis:

- a) Moeda principal e apresentação: As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais que é a moeda principal da entidade.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem os saldos da caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.
- c) Contas a Receber: Representam os valores a receber por serviços hospitalares prestados.
- d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: Constituída pelo valor estimado para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

// 4

Lf-

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

- e) Estoques: Avaliados pelo custo médio de aquisição.
- f) Imobilizado: Demonstrados pelo valor de custo de aquisição, sendo as depreciações calculadas pelo método linear com base no prazo de vida útil estimada de seus bens e deduzido do valor recuperável sempre que há indicações de perdas por deterioração.
- g) Passivos: Demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data de encerramento dos exercícios, levando em consideração a legislação vigente ou as cláusulas contratuais.
- h) Impostos a Recolher sobre Folha de Pagamento: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS, Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Programa de Integração Social – PIS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS são reconhecidos obedecendo ao principio da competência.
- i) Subvenções: A politica de contabilização das subvenções governamentais está de acordo com a resolução do CFC-1.143/08 em contas patrimoniais e de resultado conforme sua realização.
- j) Receitas e Despesas: Apropriadas pelo princípio da competência dos exercícios, exceto as doações espontâneas registadas no momento de sua realização.

3. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

2018	2017
10.336	4.187
62.449	233.781
17.258.290	1.595.530
17.331.075	1.833.498
	2.348.471
1.742.983	676.568
1.742.983	3.025.039
19.074.058	4.858.538
	10.336 62.449 17.258.290 17.331.075 1.742.983

CONTAS A RECEBER

	2018	2017
Sem Restrição		
Convênios particulares	2.879.039	3.745.340
Total	2.879.039	3.745.340
Com Restrição		
Convênios SMS/SP – SUS	2.484.665	1.995.272
Programas Santas Casas Sustentáveis	7.541.997	12.422.117
Total	10.026.662	14.417.389
Total sem restrição + com restrição	12.905.701	18.162.729

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

5. ESTOQUES

	2018	2017
Farmácia	127.050	157.008
Material de enfermagem	112.894	82.390
Material em geral	107.845	87.608
Total	347.789	327.006

6. OUTROS CRÉDITOS

2018	2017
790.027	427.126
58.548	55.967
848.575	483.093
	58.548

7. IMOBILIZADO

		2018		2017	
Nomenclatura	Taxa anual depreciação %	Custo	Depreciação e amortização	Custo	Depreciação e amortização
Terrenos		13.216.000		13.216.000	-
Edificios	4	9.998.490	6.898.204	9.998.490	6.928.041
Máquinas e equipamentos	10	5.174.293	4.888.494	5.297.651	4.633.893
Equiptos. de informática	20	328.484	328.484	326.508	422.273
Móveis e utensílios	10	2.240.491	2.240.491	2.332.070	2.603.049
Veículo	20	154.526	154.526	154.526	66.795
Equipamentos de telefonia	20	20.256	20.256	19.563	25.090
Máquinas e equip, c/restrição	10	1.022.554	121.362		
Total		32.155.094	14.651.817	31.344.808	14.679.141
Líquido		17.5	03.277	16.6	665.667

Detalhamento do custo:

<u>Nomenclatura</u>	Saldo inicial 2017	(+) Entradas	(-) Saídas	Saldo final 2018
Terrenos	13.216.000			13.216.000
Edificios	9.998.490			9.998.490
Máquinas e equipamentos	5.297.651	4.826	128.184	5.174.293
Equiptos. de informática	326.508	17.372	15.396	328.484
Móveis e utensílios	2.332.070	78.247	169.826	2.240.491
Veículo	154.526			154.526
Equipamentos de telefonia	19.563	1.457	764	20.256
Máquinas e equip, c/restrição	-	1.022.554		1.022.554
Total do custo	31.344.808	1.124.456	314.170	32.155.094

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Em reais

Em 2018, não houve necessidade de constituir provisão para desvalorização do imobilizado.

Em 14 de novembro de 2018, finalizou-se a venda do terreno por um valor de R\$ 24.848.995,62 sendo R\$ 2.044.375,62 em dinheiro pago em 2017 como adiantamento, R\$ 19.500.000,00 em dinheiro pago em 19 de novembro de 2018 e R\$ 3.304.620,00 dação em pagamento de oito unidades autônomas a serem construídas pelo comprador.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa anual de juros - %	2018	2017
Curto prazo:			
Empréstimos - Caixa Econômica Federal	22,42%	7.471.969	7.471.969
Empréstimos – pessoas físicas.	2,80 a 3,00	-	27.000
Subtotal .		7.471.969	7.498.969
Longo prazo:			
Empréstimos – Caixa Econômica Federal		11.762.790	15.077.685
Subtotal		11.762.790	15.077.685
Total		19.234.759	22.576.654

Em 05 de dezembro de 2016, a Entidade obteve empréstimo de R\$ 5.000.000,00 junto a Caixa Econômica Federal para custear as operações do hospital. Os juros foram calculados com a taxa de 23,49% ao ano, sendo o vencimento da última parcela em 10 de janeiro 2022.

Em 17 de agosto de 2017, a Entidade obteve empréstimo de R\$ 18.100.000 junto a Caixa Econômica Federal para custear as operações do hospital. Os juros foram calculados com a taxa de 22,42% ao ano, sendo o vencimento da última parcela em 10 de setembro 2022.

9. FORNECEDORES

	2018	2017
Fornecedores – materiais hospitalares	3.820.505	3.453.259
Prestadores de serviços médico-hospitalares	9.588.622	7.750.550
Outros prestadores de serviços	214.523	569.351
Total	13.623.650	11.773.160

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2010	201/
Salários a pagar	1.391.482	1.394.715
Provisão de férias e encargos	3.671.129	3.246.619
Acordos trabalhistas a pagar	219.825	103.124
Total	5.282.436	4.744.458

4 / P

4.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

11. CONTAS A PAGAR

	2018	2017
CURTO PRAZO:		
Sabesp (a)	55.672	
Sabesp – Parcelamento (a)	407.946	389.826
Contas a pagar – Eletropaulo	48.964	54.489
Outros	406.529	528.408
Taxa do lixo - Parcelamento (b)	309.567	360.294
Total Curto prazo	1.228.678	1.333.017
LONGO PRAZO:		
Sabesp - Parcelamento (a)	1.126.600	1.467.498
Taxa do lixo - Parcelamento (b)	112.886	398.822
Acordo Trabalhista	239.167	-
Total Longo prazo	1.478.653	1.866.320

- (a) A dívida remanescente do acordo 973-91/2008 de maio de 2008, referente à 99^a parcela, vencimento em 14/07/2016 no montante de R\$ 3.692.906,31, renegociada em 05/10/2016, conforme acordo nº 000525/2016 no total de R\$ 2.268.738,91 em 72 parcelas corrigidas pelo IPCA/IBGE, sendo a primeira parcela em 10/10/2016 e a última em 10/09/2022.
- (b) A entidade em 2009, 2010 e 2012 aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), em 120 parcelas referente à taxa do lixo do período de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 no total de R\$ 1.955,842,30.

12. PROVISÕES PARA ENCARGOS TRABALHISTAS E IMPOSTOS

		2018	2017
INSS – Recolher		594.911	139.040
INSS – Parcelamento 240 meses	(a)	4.109.139	4.490.917
Parcelamento IR, PIS antigo Refis	(b)	772.299	835.051
FGTS - Parcelamento 240 meses	(c)	2.341.150	2.554.789
IRRF – Recolher		629.133	373.954
IRRF - Parcelamento 240 meses	(d)	2.375.449	2.570.451
PIS		111.507	38.545
FGTS – Recolher		222.620	170.408
IPTU	(e)	4.452.980	4.452.980
Outros		1.232.397	606.873
Total		16.841.585	16.233.008
Curto prazo		8.006.269	6.527.817
Longo prazo		8.835.316	9.705.191

(a) A entidade em outubro de 2007 aderiu ao programa lei nº 11.345 de 14/9/2006 e decreto nº 6.187 de 14/8/2007, (Time mania) no novo parcelamento "Refis" e parcelamento das demais dividas em 240 meses. Período de 1998 a 2000, antigo "Refis" R\$ 1.845.836 dívida ativa 2.001 a 2.003 R\$ 2.478.868, em 2004 os meses de janeiro, novembro e dezembro R\$ 90.274 totalizando a dívida em 31/12/2007 de R\$ 4.414.977. No exercício de 2016 ajuste da dívida conf. Consolidação carta nº 088/2015/SRRF08/DICAT/SPO/EPAR-PREV

61/ 0

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

- (b) Os valores de IR e PIS do período de 1.998 a 2.000 do antigo "Refis" foram incluídos no novo parcelamento de 240 meses, conforme processo 13811-003.721/2007-53.
- (c) Em 30/11/2007 novo parcelamento da dívida em 240 meses com acréscimos dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2.007, totalizando em R\$ 3.670.428.
- (d) Os valores de IRRF, PIS, COFINS e CSL do período de 2000, 2003 a julho de 2007 totalizando R\$ 2.595.293 também novo parcelados em 240 meses.
- (e) Imposto Predial e Territorial Urbano IPTU referente a parcelas não liquidadas exercícios 1998 e 1999 estão com exigibilidade suspensa por ação judicial.

13. VERBAS A APLICAR

	2018	2017
Verbas a aplicar – Santas Casas Sustentáveis	7.542.000	12.422.120
Verbas a aplicar – Convênio Fundo Nacional	2.742.468	3.138.478
Verbas a aplicar - Convênio Fundo Estadual - Investimentos	200.000	
Depreciação de bens do imobilizado	(152.056)	(97.081)
Total	10.332.412	15.463.518

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade figura como parte em processos judiciais em diversas instâncias e natureza.

A Administração com base na opinião dos seus assessores legais constituiu o saldo da provisão para contingências do encerramento do exercício anterior, considerado suficiente para a cobertura de perdas prováveis nos processos em andamento, composto como segue:

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	797.000	856.877
Total	797.000	856.877

15. SEGUROS E CONTRATOS

A Entidade contrata seguros para a proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observandose os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos.

16. PASSIVO A DESCOBERTO

A principal origem desse passivo a descoberto é à falta de atualização da Tabela SUS, aumento de custos da assistência: Pessoal, Materiais, Medicamentos, Serviços médicos e demais Prestadores de Serviços.

// f

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

A administração da Santa Casa continua envidando esforços para obter as verbas governamentais e receitas operacionais em montantes suficientes para resgatar o equilíbrio econômico e financeiro. Nesse sentido também serão objeto de analise do plano de ação todos os gastos e despesas inerentes das suas operações na área da saúde.

A Administração, com o objetivo de reduzir o déficit e obter o equilíbrio financeiro, está adotando as seguintes principais medidas:

- Atendimento diferenciado a clientes particulares e convênios.
- Implantação de serviços para a realização de procedimentos e exames de alta complexidade (Sistema Único de Saúde – SUS) e aumento da demanda de atendimentos a convênios.
- Captação de recursos a título de subvenções para custeio nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- Captação de recursos a título de subvenções para investimentos nos âmbitos federal, estadual e municipal, com o propósito de readequar as instalações e aquisições de equipamentos para obtenção de melhoria da qualidade, aumentos de produção e redução de custos.
- Captação com a iniciativa privada, a título de doação, tanto para investimentos como para custeio, e formação de parcerias.
- Captação de recurso com venda de imobilizado não produtivo.
- Em 04 de agosto de 2015, assinou convênio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo no Programa Santas Casas Sustentáveis para o fortalecimento e desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde, prestados aos usuários do SUS na região, mediante recursos financeiros através de Custeio conforme descrito no item nº 17 Subvenções recebidas.

17. SUBVENÇÕES RECEBIDAS

	2018	2017
Subvenção Estadual		
Convênio 340/2018 Emenda	320.000	220.000
Programa Santas Casas Sustentáveis	4.880.120	5.323.766
Total	5.200.120	5.543.766
Projeto Educa-SUS	23.854	23.854
Cartórios / Decreto 46700/02	1.307.564	1.308.673
Total	1.331.418	1.332.527
Total Geral	6.531.538	6.876.293

II p

hf

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

18. Lei nº 12.868/13 (Alteração da lei nº 12.101/09)

Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

A Entidade está enquadrada na área da Saúde, mantém convênio com o SUS em conformidade acima dos limites instituídos pela nova lei, possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social com validade para o período 01/06/2018 a 31/05/2021, conforme Portaria SAS/MS nº 1015/2018, em cumprimento ao disposto no artigo 38-A, da Lei 12.101/2009.

19. ATENDIMENTOS SUS

	2018		2017	
		%		%
Pacientes SUS – Internações	7.390	82,60	9.020	83,05
Pacientes Convênios e Particulares	1.183	13,23	1.578	14,53
Pacientes Convênio Público IAMSP	373	4,17	263	2,42
Total	8.946	100,00	10.861	100,00
Atendimento Ambulatorial – SUS	492.881	85,45	511.093	85,21
Atendimento de Diagnostico Convênio Estadual IAMSP	24.686	4,28	23.104	3,85
Atendimentos de Convênios e particulares	59.233	10,27	65.612	10,94
Total	576.800	100,00	599.809	100,00
Total Geral	585.746		603.335	

20. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Decreto nº 7237 de 20 de julho de 2010 e a Lei nº 12.101 de 17 de novembro de 2009, demonstramos a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

	2018	2017
Base de cálculo do INSS da folha de pagamento do ano	23.948.972	24.756.664
Percentual de contribuição devida	27,8%	27,8%
Total	6.657.814	6.882.353
Base de cálculo do INSS de serviços prestados por pessoa física, (autônomos inclusive médicos).	•	90.822
Percentual de contribuição devida	20%	20%
Total		18.164
Total devido caso a entidade não gozasse da isenção	6.657.814	6.900.517

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Em reais

21. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 — Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro.

O montante foi apurado com base nos apontamentos de presença das horas de reuniões e participação de eventos da Entidade (Membros da Administração e do Conselho Fiscal) sem qualquer tipo de remuneração.

22. CONTRATO DE GESTÃO

A Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro encerrou o Contrato de Gestão nº 025/2009 em 28 de fevereiro de 2018, conforme Termo Aditivo nº 021/2017.

Tarquínio Borralho Leite Pereira

Alessandra Pereira Esteves Sakamoto Contador CRC1SP 253743/O-7

3 hf